

## REVISITANDO A USURA NA IDADE MÉDIA

Alexandra Ferreira Martins Ribeiro  
Mestre em Educação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR  
alexandrafmribeiro@gmail.com

Resenha de LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: a usura na Idade Média*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

**Texto recebido em:** 10/02/2017  
**Texto aprovado em:** 21/10/2017

No dia 1º de abril de 2014, Colombo (2014) anuncia, em sua coluna, a morte do historiador francês Jacques Le Goff, aos 90 anos, que, segundo ela, renovou o estudo da História no século 20 e integrou a terceira geração da chamada Escola dos *Annales*, criada em 1929 por Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), na qual os integrantes estavam interessados a aprender sobre os fenômenos de “longa duração”. Quando consultadas informações sobre o autor em *sites* de compra de livros *on-line*, Jacques Le Goff é descrito como um dos grandes nomes da historiografia europeia, um notável medievalista, com mais de seis décadas de produção acadêmica, integrante do rol dos grandes historiadores franceses da célebre escola dos *Annales*, precursora de uma nova abordagem à história.

Ambas as fontes servem para os historiadores como fonte primária, pois cabe a eles questionarem-se não sobre os fatos que elas relatam, mas sobre a maneira como foram relatadas, conforme cita Duby (1993). Dessa forma, cabe o questionamento: será que Jacques Le Goff foi essa sumidade no seu ofício de historiador ou trata-se apenas de uma reportagem sensacionalista e um bom anúncio de *marketing*? Tais respostas podem ser inacessíveis e o “[...] historiador só tem oportunidade de aproximar-se delas em nível intermediário, ao nível da testemunha” (DUBY, 1993, p. 99).

Porém, o próprio Le Goff aponta que cada vez mais os “[...] historiadores se apercebem de que tudo na vida dos homens e das sociedades está também na história e necessita de um

tratamento histórico” (LE GOFF, 1994, p. 16). Sendo assim, as fontes refletem características das sociedades. Pode-se analisar que se o nome de Le Goff foi classificado pela editora da Folha de São Paulo como relevante, é porque a sociedade assim o considerava e, por sua vez, a livraria conceituada não ousaria sujar a reputação da empresa com propaganda enganosa em relação ao medievalista. Então, após consulta a outra fonte bibliográfica, essa contextualização seguirá à luz do historiador brasileiro Hilário Franco Júnior<sup>1</sup>, pós-doutorado com Jacques Le Goff na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (1993), no intuito de apresentar um pouco da obra do autor de *A bolsa e a vida*.

A obra do historiador medievalista Jacques Le Goff já impressiona do ponto de vista quantitativo: 22 livros individuais, 7 em coautoria, 14 obras coletivas que dirigiu e em parte escreveu, quase 200 artigos, dezenas de prefácios, apresentações e entrevistas (FRANCO JUNIOR, 2014). Le Goff é reconhecido mundialmente por suas produções, já que foi um pesquisador de alto nível, que nunca se desvinculou das atividades pedagógicas.

Nascido em 1924, em Toulon, cidade do sul da França, despertou seu interesse pela Idade Média ao lembrar dos “sermões” ouvidos na infância, as pequenas narrativas conhecidas por *exempla*, que foram um dos tipos de fontes amplamente analisadas por Le Goff no livro *A bolsa e a vida*, no intuito de encontrar quem eram os usuários. Essas fontes apresentaram também a quem e a o que a imagem do usuário era associada durante as pregações: judeus, demônios, bestas, pessoas que após a morte seriam atormentadas por suas moedas de ouro, todas essas aberrações no intuito de conter a prática condenada.

Desde o começo de sua carreira, Le Goff interessou-se pelas cidades, tema que foi explorado em alguns de seus livros. Defendia a ideia de que “[...] não há história senão em um presente que requalifica para novos empregos o espaço da experiência passada das sociedades”.

Le Goff, afirma Franco Júnior (2014), não se identificava com o tipo de história descritiva no conteúdo e restritiva na temática; valorizava o trabalho coletivo e troca de ideias; privava por suas amizades repletas de profissionais de diversas áreas, que o influenciaram tanto no plano intelectual como no pessoal. O historiador gostava de literatura policial; não adotava

---

<sup>1</sup> Hilário Franco Júnior “[...] fez bacharelado na USP (1976), doutorado na mesma universidade (1982) e pós-doutorado com Jacques Le Goff na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (1993). Especialista em Idade Média ocidental, seus interesses estão voltados particularmente para a cultura, a sensibilidade coletiva e a mitologia daquele período, bem como para as reflexões teóricas que fundamentam tais pesquisas. Dedicou-se também à História Social do Futebol” (Texto informado pelo autor, CNPq, 2014).

o uso de internet em suas pesquisas, nem mesmo computador para escrever seus textos; viajou o mundo, porém tinha predileção pela Itália. Dos conceitos Marxistas, conservava apenas a busca pela racionalidade, o gosto pela interdisciplinaridade e o conceito de luta de classes.

Le Goff assumiu a codireção da revista dos *Annales* em 1969, por considerar essa tarefa benéfica para a reflexão histórica. Tinha por March Bloch profunda admiração e o considerava seu maior inspirador. Foi também influenciado pela multifacetada historiografia italiana, que conheceu durante sua estada na *École Française de Rome*.

Aos 40 anos, o historiador dominava diversas facetas do período medieval e quando escreveu *A civilização do Ocidente medieval*, já possuía bagagem suficiente para escrever sobre tempo, trabalho, dinheiro, Deus, corpo, heresia, cidade e mundo do além. Le Goff considerava importante a empatia que o historiador deveria ter pelo objeto estudado e levou 20 anos para poder dedicar-se a um importante personagem da Idade Média, São Francisco de Assis, sobre o qual apresentou uma biografia diferente ao mostrar a sociedade na qual o monge estava inserido e a influência mútua entre sociedade e indivíduo.

Existem conceitos-chaves contidos nas obras de Le Goff, apontados por Franco Junior (2014), que seguindo por esse viés, buscou essas características peculiares do autor em sua obra *A bolsa e a vida*. Faz-se necessário salientar que o objeto de estudo dessa obra já havia sido pesquisado pelo historiador décadas anteriores ao lançamento, em 1986, época em que o historiador encontrava-se com seus 62 anos e com bagagem intelectual bastante apurada para escrever com clareza sobre as várias influências sofridas e conquistadas pelos usurários, a forma como aquela sociedade compunha-se, os medos que enfrentava por conta de seu imaginário<sup>2</sup> e por ideologias produzidas pela Eclésia.

O primeiro dos conceitos é o da **antropologia histórica**: “[...] a civilização de uma sociedade radicalmente diferente da nossa e cujo estudo força o historiador a empregar métodos de antropologia”. A questão entre o indivíduo e a sociedade da Idade Média, os costumes e os

---

<sup>2</sup> “É necessário distinguir o imaginário e o ideológico. O ideológico é empossado por uma concepção de mundo que tende a impor à representação um sentido tão perverso do ‘real’ material como do outro real, do ‘imaginário’. Somente pelo forçamento que exerce no ‘real’ – obrigado a entrar num quadro conceitual preconcebido – é que o ideológico tem um certo parentesco com o imaginário. [...]. Quando esses mesmos clérigos distinguem nos comportamentos humanos sete pecados capitais, o que eles fazem não é a descrição dos maus comportamentos mas sim a construção de um instrumento adequado ao combate contra os vícios em nome da ideologia cristã. Qualquer que seja a parte de invenção conceitual neles contida, os sistemas ideológicos, os conceitos organizadores da sociedade forjados pelas ortodoxias reinantes (ou pelos seus adversários), não são sistemas imaginários propriamente ditos – mas também aqui é difícil traçar a fronteira” (LE GOFF, 1994, p. 13-14).

códigos envolvidos, o imaginário do período em questão pode ser exemplificado nesse trecho do livro: “O usurário, igualmente cortejado e temido por seu dinheiro, é desprezado e temido por causa dele, numa sociedade em que o culto a Deus exclui o culto público a Mammon” (LE GOFF, 2004, p. 48).

Um segundo conceito a considerar no conjunto de obras de Le Goff é o *papel do silêncio das fontes*. Todo texto é produto de um contexto, são chaves que permitem entrar em uma sociedade, numa mentalidade, e são importantes para compreender os mecanismos de transmissão e absorção na cultura da época estudada, “[...] aquilo que ele nos deixa entender sem ter desejado dizer”, o imaginário, parte essencial da história. Fica clara a preocupação do autor durante todo o livro com o uso intenso das fontes, as *exemplas* e as *sumas*. Le Goff as interpreta e por meio delas apresenta os medos e os anseios daquele homem cristão, dividido entre seus desejos carnavais e seu imaginário.

Nessas narrativas produzidas para os discursos voltados à população leiga, as *exemplas* atuavam mais diretamente no imaginário da sociedade, com um vocabulário diferenciado, produzindo no imaginário os horrores do inferno para aqueles que cometessem aqueles pecados. Porém, as *sumas* ou as *bulas* ou os documentos analisados do direito canônico eram feitos pela alta cúpula da Igreja, pelos intelectuais e Le Goff deixa claro que tais documentos tinham como objetivo legislar, traçar a diferença entre o lícito e o ilícito. A forma como eram escritos deixa claro para quem eram direcionados, pois somente os que se encontravam na Eclésia poderiam compreendê-los, já que se distanciavam das *exemplas*, porém com algo em comum, que era condenar e inibir a prática da usura.

O terceiro é o *sujeito histórico e portanto o objeto histórico*. Le Goff dizia que os homens da Idade Média eram mais propensos a escutar e a acreditar no que escutavam do que ver a realidade concreta das coisas. “É pelos usurários cristãos que me interesse neste estudo [...]” (LE GOFF, 2004, p. 35). Esse homem que o historiador apresenta em *A bolsa e a vida* é o usurário que foi atormentado em seu imaginário pelo “Diabo, flagelo de Deus, general de um exército de demônios bem organizados, chefe em suas terras, o Inferno” (LE GOFF, 2004, p. 66).

O quarto conceito contido nas obras de Le Goff, o qual todos os outros três apresentados se convertem, é o de *história total*. Para ele, ver qualquer fenômeno por um único ponto de vista é simplificar a capacidade explicativa do historiador, pois se deve ver o indivíduo na

sociedade e a sociedade no indivíduo. Le Goff lembra também que o objetivo do historiador não é puramente a imersão no passado e sim a compreensão dele para melhor entender o presente. Esse conceito fica bem exemplificado no trecho: “Não conhecendo a especificidade dos comportamentos e das mentalidades da Idade Média [...] as teorias econômicas e as histórias do pensamento econômico moderno recusaram uma autêntica compreensão do passado e, por conseguinte, também nos privaram de um esclarecimento do presente através do passado” (LE GOFF, 2004, p. 68).

Além de mencionar toda a contribuição de *A bolsa e a vida* para melhor compreensão da sociedade medieval e de seus componentes, outro livro importantíssimo de Le Goff foi *A civilização do Ocidente Medieval* (1964), que desencadeou estudos específicos das diversas ramificações dos temas inovadores surgidos nesse livro. Em consonância com Franco Junior (2014),

A motivação básica dos milhares de páginas que escreveu é a mesma do menino de Toulon, embora com reflexões e métodos e acúmulo de conhecimentos diversos – compreender o presente. Ainda aos 63 anos de idade reconhecia que “o passado presente não deixará de me fascinar” porque não se pode entender um sem o outro: “sempre me preocupei em ser um homem do meu tempo para ser melhor um homem do passado”. O que não pode excluir o olhar para frente, declara aos 72 anos, pois “os historiadores não são profetas, mas devem enquanto historiadores se preocupar mais com o futuro” (FRANCO JÚNIOR, 2014, p. 134).

Conforme detalhado por Franco Júnior (2014) sobre as milhares de páginas que escreveu Le Goff, esse pequeno estudo não tem espaço suficiente para comentar todos os livros altamente enriquecedores e motivadores de Jacques Le Goff, de inegável contribuição para a historiografia, que concilia desde as estruturas econômicas e sociais até as experiências e modos de pensar de pessoas comuns da sociedade pautada. Suas páginas foram sempre muito bem “ilustradas” pela iluminada e longa Idade Média.

O autor desenvolve o tema sobre a escolha que deveria fazer o usurário entre a bolsa e a vida. O usurário, homem que emprestava dinheiro a juros, prática altamente condenada na sociedade cristianizada em que vivia, tinha seu final certo: o inferno, ou seja, a exclusão da possibilidade da vida eterna. Le Goff aponta que desde o início do cristianismo, a usura era condenada, porém a Igreja apenas começa a legislar contra a usura, de forma mais incisiva, a partir do final do século XI, quando a economia e a prática dos usurários começam a florescer e a ficar aparente aos olhos da sociedade. O historiador mostra todo o caminho percorrido,

desde o século XI, pelo usurário, para sua aceitação e possível redenção de seus pecados e também que com a criação do purgatório, no final do século XIII, a escolha do usurário não era mais necessária, uma vez que já podia ter a bolsa na terra e esperar o paraíso no purgatório. O autor fala que aos poucos a prática do usurário vai sendo assimilada pela sociedade e passa por estágios de condenação, repúdio, clandestinidade, cortejo e desejo:

O que procuro mostrar neste livro é justamente como um obstáculo ideológico pode entrar, retardar o desenvolvimento de um novo sistema econômico. Acredito que se compreende melhor esse fenômeno investigando os homens que são seus atores em vez de examinar somente os sistemas e as doutrinas econômicas (LE GOFF, 2004, p. 67).

O historiador conclui que com as práticas do usurário, a sociedade teve avanços na economia e foi possível visualizar, na Idade Média, o que se pode chamar de “primórdios do capitalismo”.

### **Os argumentos e a disposição dos capítulos**

No capítulo “Entre o dinheiro e o inferno: a usura e o usuário”, o autor expõe o dilema que viveu o homem do século XII ao século XIX, entre o avanço da economia monetária e a religião. Le Goff define a usura como juros recebidos por empréstimos e o dinheiro acumulado de forma ilícita do ponto de vista da Igreja. A usura era vista como uma grande vilã e ameaçadora dos valores cristãos, tendo desde sempre sido condenada pela Igreja, que a tratava com mais prioridade de interesse na legislação eclesiástica e laica do que a própria prática religiosa dos usurários. Ele ainda pontua que a discussão em torno da usura constitui em partes “o parto do capitalismo”. Já o usurário, que o historiador classifica como “[...] especialista em empréstimo a juro, torna-se necessário e detestado, poderoso e frágil”.

Para comprovar a existência da usura e dos usurários no século XII, ele questiona e apresenta dois tipos de documentos históricos nos quais se podem encontrar vestígios desses homens e suas práticas. Dentro do primeiro tipo de documento analisado, fazem parte as *Sumas* ou *Manuais dos Confessores*, que eram escritas por teólogos e canonistas e serviam como guia para auxiliar os confessores que se sentiam inseguros sobre o caminho do interrogatório e da penitência a ser aplicada conforme a confissão, já que o grau do pecado dependia da avaliação do confessor e a contrição deveria purificar em vez de castigar o erro do penitente.

No segundo documento, o historiador enfatiza claramente que o usurário é o protagonista da fonte analisada, cujo nome é *exempla*. Eram narrativas breves, inseridas num discurso, no qual o pregador, segundo Le Goff, tinha o objetivo de ensinar uma lição aos ouvintes, os quais poderiam atingir a salvação após a morte caso entendessem e praticassem as histórias proferidas pelos pregadores.

O historiador salienta que estando à usura no topo hierárquico dos pecados capitais, os usurários deparavam-se com os conflitos entre a “riqueza e o Paraíso, o dinheiro e o Inferno”.

No segundo capítulo “A bolsa: a usura”, Le Goff avalia a necessidade e a dificuldade da classificação entre juros e usura, entre o lícito e ilícito nas operações que admitiam juros, devido à variedade de práticas que constituía a usura. Porém o autor enfatiza que no “estatuto do dinheiro” da doutrina e da mentalidade eclesiástica da Idade Média, o que gerasse lucro ou juros sem que houvesse transformação de material e bens concretos era prática financeira proibida e altamente condenada, denominada usura.

O historiador orienta que para entender o funcionamento da economia na Idade Média, primeiramente deve-se apoiar na ideia de reciprocidade que norteava a teoria das trocas econômicas, em uma sociedade baseada nas “redes de relações” cristãs e feudais. Depois, faz-se necessário, enfatiza o autor, uma “[...] análise cultural psicológica”, apresentando os homens (os usurários) em suas relações sociais, de costumes e valores nos quais a usura está imersa.

O autor revela que esse homem, ao deparar-se com a manifestação da usura, buscava orientação na bíblia, a qual fornecia, sem contradições ou falhas, a origem, o modo de emprego e a explicação para a condenação da prática, tudo explicitado em textos do Antigo e do Novo Testamento. Mas Le Goff explica que dos textos apresentados para confirmar a autoridade das escrituras, as palavras às quais a Idade Média mais se apropriou foram as que se podiam emprestar sem nada esperar, já que o empréstimo deveria ser gratuito, mas o retorno baseava-se numa espera interessada dos agentes econômicos, aplicados numa prática que envolvia o tempo.

Le Goff comenta que a condenação à usura era uma tradição cristã de longa data e até o século XII a economia, o uso e a circulação da moeda ainda eram mornos, o que fazia das práticas do usurário um problema secundário. O autor evidencia que com o aquecimento da economia, cavaleiros, nobres e burgueses das cidades que se envolviam com trabalhos e negócios enriqueceram e libertaram-se, colocando em evidência a usura.

O autor também delata que a Igreja revoltou-se com os acontecimentos e reuniu todas as suas forças para pensar e ordenar as relações da nova sociedade com Deus e conter o fenômeno usurário. O historiador complementa que a Igreja tentou primeiramente reiterar a ligação da usura com o pecado, que não permitiria a entrada no paraíso. Depois, a Igreja colocou como prática que ia contra o princípio de justiça, virtude em alta no século XII e XIII. Para ilustrar isso, o historiador aponta que o gênero literário “espelho de príncipe” enfatizava esse princípio, usando para exemplificar o personagem São Luís, símbolo de rei cristão, o qual traz em suas mãos o bastão da justiça. Le Goff também afirma que outra tentativa de a Igreja persuadir o usurário a não praticar a usura foi a ideia do pecado, colocando-a como um pecado contra a natureza, uma vez que o dinheiro era infecundo e ao usurário só restava um destino, o inferno. Contudo, apesar desses esforços da Igreja, Le Goff conclui o capítulo delatando que desde a Alta Idade Média, já havia o desejo de que o dinheiro “trabalhasse”, uma vez que não fecundava naturalmente.

No terceiro capítulo “O ladrão de tempo”, o historiador apresenta quem é o usurário durante a Idade Média e qual era o seu pecado tão repudiado pela cristandade, que o excluía do paraíso. Le Goff afirma que durante a Idade Média, os sermões, textos literários e artísticos, construíram no imaginário coletivo dos cristãos a imagem do usurário sempre associada ao pecado, que o levaria ao inferno, com sua bolsa. O autor também enfatiza que durante a história, a imagem do usurário esteve erroneamente muito ligada à do judeu. Explica Le Goff que devido à impossibilidade de os judeus atuarem em diversas profissões, só lhes restava a medicina, devido ao desprezo dos cristãos por cuidados com o corpo e por trabalhar com o dinheiro, já que não eram cristãos e a condenação da Igreja não os cabia.

Descreve detalhadamente o historiador que a evolução econômica que levou ao aumento da circulação monetária e ao desenvolvimento do crédito fez com que algumas formas de empréstimos fossem aceitas, mas as que envolviam juros embutidos foram cada vez mais freadas e sua condenação renovada. O autor continua explicando que ao mesmo tempo em que a repressão à usura e ao antissemitismo cresciam na comunidade cristã, multiplicava-se o número de usurários cristãos, que para a cristandade, eram considerados piores que os judeus, pois emprestavam com juros para os próprios irmãos. Le Goff salienta que uma das ferramentas usadas pela Igreja para tentar conter o fenômeno da usura era denegrir a imagem do usurário ao

associá-la aos judeus, porém, isso também aguçava a agressividade dos usurários cristãos para com os judeus ao encará-los como temerosos concorrentes.

O historiador delata que o pecado desse usurário cristão tão reprimido pela Igreja era a prática de vender algo que não lhe pertencia, o que o colocava na qualidade de ladrão. Le Goff especifica que esse “mercador” cristão não era um ladrão de homens e sim de Deus, pois seu trabalho consistia na venda do tempo, que discorria desde o momento do empréstimo até o reembolso com juros, e o tempo só a Deus pertence. O historiador complementa também que a partir do século XIII, os homens da Idade Média viam o trabalho como uma forma de castigo do pecado original, penitência do corpo, além de um instrumento de resgate da dignidade e da salvação. O autor aponta que ao usurário cristão essa possibilidade de obter salvação por meio do suor do corpo era inviável, uma vez que obtia seus ganhos na espera, dia e noite, todos os dias da semana, do dinheiro.

Le Goff conclui com a apresentação da solução imposta pela Igreja ao usurário cristão, afirmando que o único caminho possível para se chegar ao paraíso após a morte era ele (ainda vivo) ou seus herdeiros (após um testamento pré-estipulado pelo usurário) refazer a estrada percorrida pelo dinheiro ganho com a usura, só que restituindo integralmente todos os lesados.

No capítulo “O usuário e a morte”, Le Goff escreve que o usurário cristão vivia à sombra da sociedade e sua profissão, apesar de lhe trazer riquezas, não era nada honrosa, pois às vezes recebia penitência de alguns clérigos indulgentes, mas na hora da morte, não escaparia da punição de Deus e apenas se confessasse sua atividade ilícita conseguiria livrar-se de passar a eternidade junto ao diabo. O historiador explica que velhos tabus (do sangue, do dinheiro, da impureza) e os sete pecados capitais eram alguns dos motivos que haviam levado a Alta Idade Média a condenar e desprezar certas profissões. A atividade do usurário enquadrava-se de várias maneiras: manuseio do dinheiro; avareza; preguiça; condenação por roubo; por pecado contra a natureza; pecado da injustiça. O autor complementa que a partir do século XIII, o sistema teórico, a escolástica, em doses homeopáticas, ajusta a evolução das atividades e dos costumes para reabilitar completamente ou parcialmente certas profissões, porém o usurário não recebe nenhum benefício com as reabilitações.

O usurário no século XIII imperava na sombra e no silêncio, camuflava sua riqueza e poder e, conforme afirma Le Goff, vivia na dualidade, necessário e rejeitado, bajulado e temido por seu dinheiro, numa sociedade na qual somente o culto a Deus podia ser público, já o culto

a Mammom deveria ser extremamente reservado. O historiador pontua que alguns tipos de usura eram relevados devido às possíveis benfeitorias que faziam ou a quem faziam, já que os usurários compravam indulgências culpáveis de certos clérigos, o que transparecia a existência de certas relações entre usurário e clero. Porém, afirma Le Goff, o usurário continuava a ser o personagem principal dos sermões, ora associado a animais (bestas), ora associado como amigo do diabo na terra, de quem recebia favores, ocupando a quarta posição no desdobramento da sociedade trifuncional.

O autor revela que havia também uma preocupação dos intelectuais com o fenômeno econômico. Le Goff afirma que os sermões passaram a construir enfaticamente a ideia de que o Diabo, após a morte do usurário, levá-lo-ia para o inferno, para queimar eternamente com seu dinheiro ilícito e a única forma de livrar-se desse temido fim era a confissão, mas o diabo, artiloso, tentaria dar ao usurário uma morte inesperada e impossibilitar sua confissão, garantindo, assim, a sua presa.

O autor apresenta, no capítulo “A bolsa e a vida: o purgatório”, o surgimento do purgatório como uma invenção da Igreja para uma sociedade que já não aceitava a ideia de apenas dois destinos finais após a morte: o paraíso ou o inferno. Le Goff inicia o capítulo assegurando que no século XIII era pouco provável que existisse um usurário impenitente, a não ser aqueles que eram pegos de surpresa pela morte ou ainda aqueles que acreditavam na benevolência e na piedade de Deus, já que a presença deles constantemente nos *exemplas* e *sumas* talvez servisse à Igreja como uma espécie de propaganda.

O historiador lembra que antes do século X havia alguma busca pelos prazeres terrenos e a sociedade estava cristianizada apenas aparentemente, uma vez que ainda não havia penetrado na consciência o que seria ser cristão e não precisavam reprimir o pecado, apenas se redimir da culpa desde que tivessem, para com a Igreja e seus membros, certo respeito. Le Goff avalia que em geral cabia à Igreja apenas manter a ordem e pedir aos clérigos e aos monges para fazerem penitência por todos os cristãos.

Posteriormente, Le Goff resume que por volta do ano mil, com o Feudalismo, vieram também as desigualdades sociais e as injustiças, mas também proporcionou à massa uma certa segurança e sensação de bem-estar. Le Goff explica claramente que a sociedade já não esperava que a vida na terra fosse só de flagelo, as inovações da agricultura e a nova forma de contar, dentre outras coisas, fizeram muitos homens acreditar que estavam na terra para um estágio que

levaria à ascensão até Deus. Le Goff acrescenta que a Igreja pensou uma nova ordem para a sociedade e tentou cristianizar profundamente a população ao usar a astúcia e o bastão. O historiador descreve que o bastão era o diabo, institucionalizado e racionalizado pela Igreja, agindo no imaginário feudal.

O autor também pontua que de todos os prazeres terrenos crescentes, o usurário escolhe aquele que era mais repugnado e, ao mesmo tempo, o mais procurado: o dinheiro. Le Goff também delata a sociedade como cúmplice, aquela que despreza e persegue o usurário, para usufruir e partilhar do desejo pelo dinheiro. Diante de tal situação, o historiador apresenta que aos poucos o usurário e sua prática foram sendo aceitos e mostra que as novas práticas do que hoje chama-se economia restringem o que se pode chamar de usura a partir do século XII e XIII, passando a Igreja a ver como legítima a prática quando esta podia ser considerada como uma espécie de salário, uma remuneração de trabalho prestado pelo usurário, ou seja, com juros tidos como justos, com práticas moderadas, mesmo com o risco, a incerteza, a indenização e o lucro em relação ao dinheiro emprestado.

Mesmo assim, o autor pontua que era grande o número de usurários ameaçados com o inferno. A Igreja, no final do século XII, também havia modernizado sua forma de encurralar os usurários com as novas formas de confissão, contrição e remissão. O historiador explica que o cristianismo havia herdado de outras religiões duas possibilidades após a morte e era função da Igreja a separação de quem ia para o paraíso ou para o inferno em função dos pecados cometidos pelos fiéis e das práticas de penitência, que poderiam amenizar os pecados, mas o veredito final só poderia ser uma das duas opções. Le Goff reitera que do ano mil ao século XIII a sociedade e a Igreja não admitiam mais a ideia simplista e antagônica de céu e inferno e que a sociedade cada vez menos pensava em estereótipos tão opostos de mal e bem, de Deus e do diabo. Então, indica o autor, a Igreja imaginou um terceiro lugar para livrar (purgar) os pecadores do peso de seus atos, de forma a acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade: o nascimento do purgatório.

Descreve Le Goff que o purgatório seria uma possibilidade para aqueles que os pecados não eram mortais, já que quando seus pecados não fossem totalmente apagados pela penitência, passariam um tempo nele sofrendo castigos, como os do inferno, mas a saída levaria ao paraíso e a salvação do usurário poderia ser por meio do purgatório. Continua explicando o autor que o tempo de estadia no purgatório dependeria também do carinho daqueles próximos ainda vivos,

aparecendo a esposa como colaboradora e cúmplice dos atos do usurário, no mesmo momento em que se propagam, na sociedade, o papel do marido e da mulher no casamento.

O historiador conclui que ao usurário ou a seus herdeiros caberia restituir o dinheiro ganho ilicitamente, uma vez que ele tornava-se do casal, então surge a questão de como a viúva o faria caso não tivesse como se manter. Outra questão era que a restituição não era fácil de ser praticada ou calculada. O autor finaliza questionando “como castigar o homem sem castigar a mulher?”.

No último capítulo, “O coração também tem suas lágrimas”, Le Goff mostra que no final do século XIII, o usurário, arrependido em sua contrição final, no íntimo de seu coração, já não mais precisava escolher entre a “bolsa ou a vida” e poderia ficar com sua bolsa na terra e ir para o paraíso depois de uma estadia no purgatório. O autor apresenta a Igreja fazendo grandes esforços para salvar esse usurário após a morte e mostra que no final do século XIII, o usurário que esperou juros no retorno do empréstimo do dinheiro, agora podia esperar, do purgatório, a saída para o paraíso.

Le Goff afirma que os indicadores do capitalismo são os “[...] usurários, mercadores do tempo, mercadores do futuro”, homens cristãos que percorreram árduos caminhos com medo do inferno, em uma sociedade movida e regulada pela consciência cristã. Porém, conclui o autor, devido à possibilidade de escapar do inferno por meio da estadia no purgatório, esses usurários impulsionaram a economia e a sociedade rumo ao capitalismo.

### **A temporalidade**

O autor não apresenta no livro análise de um curto período tempo, pelo contrário, ele traz elementos do nascimento da cristandade, desde as mais antigas condenações à usura, mas pode-se dizer ainda que o elemento que une as três escalas de tempo – longo, médio e curto prazo – é a tentativa de inibição de tal prática. Porém, seu foco maior concentra-se no momento em que os usurários começam a ganhar força e a aparecer mais na sociedade, por volta do século XI, pois a partir daí ele analisa detalhadamente as dificuldades vividas por eles na Alta Idade Média.

Estranha situação a do usurário medieval. Numa perspectiva de longa duração, o historiador de hoje reconhece-lhe a qualidade de precursor de um sistema econômico que, apesar de suas injustiças e de seus defeitos, inscreve-se, no Ocidente, na trajetória de um progresso: o capitalismo. Em seu tempo aquele homem foi desonrado, segundo todos os pontos de vista de sua época (LE GOFF, 2004, p. 39).

O autor relata que essa “libertação” do usurário de seu triste final no inferno é o que impulsionara a sociedade rumo ao capitalismo. Alguns trechos comprovam a temporalidade de longa duração disseminada por Le Goff como “uma longa Idade Média”:

A usura. Que fenômeno oferece, mais do que este, durante sete séculos no Ocidente, do século XII ao XIV, uma mistura tão explosiva de economia e de religião, de dinheiro e de salvação – expressão de uma longa Idade Média, em que os homens eram esmagados sob os símbolos antigos, em que a modernidade trilhava dificilmente um caminho entre os tabus sagrados, em que as astúcias da história encontravam na repressão exercida pelo poder religioso os instrumentos do êxito terrestre? (LE GOFF, 2004, p. 5).

Nesse trecho do livro, Le Goff aponta as influências do passado nos homens da Idade Média, nos séculos XII ao XIV, indicando que mesmo assim novidades iam se emaranhando lentamente na sociedade. O autor apresenta a influência do passado na Alta Idade Média, carregada desde longa data pela era da condenação da usura por parte da Igreja:

Vem de uma longa tradição de condenação da usura. Os Padres da Igreja expressam seu desprezo pelos usurários. Os cânones dos primeiros concílios proíbem a usura aos clérigos (cânone 20 do concílio de Elvira, cerca de 300; cânone 17 do concílio de Niceia, 325), depois estendem a proibição aos laicos (concílio de Clichy, em 626). Sobretudo Carlos Magno, legislando tanto em relação às coisas espirituais quanto às temporais, proíbe a usura tanto aos clérigos quanto aos laicos através da *Admonitio generalis* de *Aix-la-Chapelle* desde 789. É, pois, um considerável passado de condenação por parte dos poderes eclesiásticos e laico, que pesa sobre a usura. Mas, numa economia contraída, onde o uso e a circulação da moeda continuam débeis, o problema da usura é secundário. São, aliás, os mosteiros que fornecem até o século XII, o essencial do crédito necessário (LE GOFF, 2004, p. 20).

Apesar de o autor mostrar que desde o início da Igreja a usura já era condenada, o uso fraco da moeda e uma sociedade superficialmente cristianizada não trazia para a Igreja uma preocupação enfática em relação ao usurário. Porém, com o feudalismo, vem o excedente agrícola e uma melhora na vida dos homens medievais, o que aumentou gradativamente a circulação da moeda e a atenção da Igreja para o assunto. Por conta disso, o foco de Le Goff concentra-se dos séculos XI ao final do XIII, momento em que os homens começavam a almejar cada vez mais os valores terrenos e a possibilidade de lucro na venda do tempo, em uma sociedade profundamente cristianizada, na qual Deus era o dono do tempo:

Esse roubo do tempo é um argumento particularmente sensível aos clérigos tradicionalista entre o século XII e XIII, num momento em que os valores e as práticas socioculturais se transformam, em que os homens se apropriam de fragmentos de prerrogativas divinas, em que o monopólio divino se estreita (LE GOFF, 2004, p. 38).

Le Goff continua a analisar detalhadamente os séculos XII e XIII, apresentando cada fase que viveu o usurário:

A imagem mostrará, no final da Idade Média, a agonia do usurário, nas gravuras da “Artes de morrer”. Mas já nos séculos XII e XIII, os clérigos, nos exempla, reuniram no leito do usurário moribundo todos os combates, todos os pesadelos, todos os horrores. Arrependidos ou não, o usurário, chegando a esta última fase de sua vida, é conduzido ao que logo será a dança macabra (LE GOFF, 2004, p. 58).

O autor dá um salto ao final da Idade Média e relembra como a agonia do usurário em seu leito de morte foi retratada nas artes. Para Le Goff, os usurários são os objetos de estudo, precursores de um sistema:

A história são os homens. Os indicadores do capitalismo são os usurários, mercadores do futuro, mercadores do tempo que, desde o século XV, Leon Batista Alberti definirá como do dinheiro. Esses homens são cristãos. Aquilo que os retém no limiar do capitalismo não são as consequências terrestres das condenações da usura pela Igreja, é o medo, o medo angustiante do Inferno. Numa sociedade em que toda consciência religiosa, os obstáculos são antes de tudo – ou finalmente – religiosos. A esperança de escapar ao Inferno, graças ao Purgatório, permite ao usurário fazer avançar a economia e a sociedade do século XIII em direção ao capitalismo (LE GOFF, 2004, p. 91).

No livro *A bolsa e a vida*, Le Goff apresentou toda a trajetória do usurário, desde o início da cristandade, dando maior ênfase aos séculos XI e final do século XIII, apontando o usurário como um dos indicadores do início do capitalismo.

### As fontes

O historiador, ao longo do livro *A bolsa e a vida*, traz trechos analisados de variadas fontes primárias compostas por *summas* ou *manuals dos confessores*, *exempla*, trechos dos direitos canônicos, poemas, literatura, hagiografias e a própria bíblia, sendo que a maioria tem origem na própria cristandade, o que mostra bem a influência da Igreja na sociedade medieval. Cada um dos tipos de documento teve uma função a desempenhar para melhor exemplificar ou confirmar as ideias propostas pelo autor.

Os documentos *sumas* ou *manuals dos confessores*, as *exemplas*, *tabula exemplorum*, *homilias*, *exortações* e *decretos* que eram escritos por teólogos, clérigos e canonistas, foram os documentos mais citados por Le Goff. O historiador escreve no início do livro que a melhor forma de localizar o usurário e assim entendê-lo seria nas *summas* e *exemplas*. Tais documentos

mostram o quanto a Igreja condenava a usura e serviam para apresentar ao usurário cristão de que forma ele pecava, qual seria seu fim após a morte, pois exemplificavam com histórias do além, para criar uma nova ordem na sociedade e principalmente agir no imaginário do usurário.

O segundo documento mais utilizado pelo historiador foi a Bíblia, pois em determinados trechos dela aparecem outras fontes que eram usadas para dar força à mensagem que a Igreja queria transmitir e nos quais a prática da usura já aparece condenada.

Os manuscritos de santos estavam engajados em difamar a imagem do usurário e as fontes de pessoas que não faziam parte diretamente da cúpula da Igreja apresentam a visão da sociedade em relação ao fenômeno do usurário, agregando de alguma forma sobre a questão. Os poemas de Ezra Pound descrevem o usurário e sua atividade, bem como Dante apresenta sua versão crítica em relação a esses novos personagens. Da mesma forma, o historiador econômico Karl Polany é citado por suas contribuições ao conhecimento do funcionamento da economia na Idade Média.

Em outra análise em relação às fontes primárias citadas por Le Goff, é possível constatar que havia os grandes pensadores do ordenamento da sociedade, que viam previamente a extensão e a força do fenômeno da usura e tinham a obstinação da Igreja em combatê-lo. Deles partiam a produção de definições e legislações contra a usura, dessa forma, controlavam qual a mensagem que seria disseminada aos leigos. Eles geralmente pautavam suas definições na Bíblia, por se tratar de um livro sagrado e que daria credibilidade à lei estipulada. Alguns intelectuais usaram também personagens famosos, como Aristóteles, e outras vezes recorria-se aos santos. Interessante analisar a linguagem direta usada para definir usura e também a punição aos usurários. Esse grupo mostra-se bastante flexível e sensível às necessidades da sociedade como um todo, no início excluindo o usurário e depois por volta do século XIII buscando formas de acolhê-lo.

Outro grupo de fontes primárias são os disseminadores dessa ideologia forjada pela alta cúpula, aqui os *exemplas*, crônicas, poemas, homilias e pregações que chegam aos leigos não mais com linguagem direta e sim repleta de fantasia, com o intuito de agir no imaginário medieval e embutir nele a mensagem desejada. Mas como Le Goff mesmo fala, a sociedade cristã medieval não era assim tão edificada e a Igreja percebia que deveria solucionar o problema do usurário que não queria largar da sua bolsa.

A tabela que segue é composta das fontes citadas durante a obra de Le Goff e qual era a importância para o autor apresentá-las. Esta é dividida em grupos de fontes: que era usado para legitimar a condenação da usura; o próximo grupo composto pelos pensadores e intelectuais que legislavam e pensavam no ordenamento da sociedade, assim como a definição de usura; e o último grupo, responsável por disseminar as ideologias na sociedade.

### Os personagens

Os personagens citados por Le Goff, geralmente, encontravam-se embutidos dentro de alguma das fontes primárias, usados como forma de legitimar o que estava escrito ou comover a cristandade. Quando Le Goff cita alguns personagens da alta cúpula da Igreja, como Papa Inocêncio, o intuito é apresentar qual o medo que a Igreja tem em relação ao usurário e as consequências de suas práticas. O temor da Igreja, no século XIII, era a deserção do campo devido ao camponês desejar tornar-se usurário. A atração da usura faz aparecer a ameaça de um recuo da ocupação do solo e da agricultura e com ela o espectro da fome. E ainda que a sociedade cristã estava

[...] bem distante do quadro edificante com o qual certos hagiógrafos modernos da Idade Média nos brindam. No tempo de Francisco de Assis e da senhora Pobreza, a verdade é que os pobres são desprezados e a usura pode ser um meio de ascensão social que o espantinho do Inferno permite refrear (LE GOFF, 2004, p. 35).

Outro personagem usado por Le Goff é Dante Alighieri (1265-1321): “[...] o emblema da Idade Média – ou, no limite, como a Idade Média em pessoa. Pouco a pouco, o imaginário comum reduziu-o à imagem do pobre proscrito ou àquela do implacável juiz dos pecados humanos” (RISSET, 2013, p. 283). Em um dos trechos do livro, Le Goff diz que a partir das artes, pode-se ver o pensamento da sociedade em relação a um tema, então é a imagem que Dante tinha do usurário que Le Goff coloca em evidência.

Aparece também como personagem São Luís, o “último rei cristão canonizado” (LE GOFF, 2013, p. 243), o “cruzado perfeito” que conduz as duas últimas Cruzadas (FERNANDES, 2006, p. 123). Em determinados momentos, como atuante na execução dos projetos ideológicos cristãos e em outros dentro de alguma das fontes primárias, com o intuito de legitimação do documento por aqueles que escreviam.

Le Goff apresenta aos historiadores a importância de analisar o indivíduo em conjunto com a sociedade em que viveu e a mentalidade que o acompanhava, além disso, o autor

evidencia que as mudanças não acontecem de forma abrupta na história e que um novo sistema econômico não nasce da noite para o dia.

**Referências bibliográficas:**

COLOMBO, Sylvia. Morre aos 90 anos o historiador francês Jacques Le Goff. **Folha de S. Paulo**: um jornal a serviço do Brasil, São Paulo, abril. 2014. Disponível em: <[www.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/04/1434032-morre-os-90-anos-o-historiador-frances-jacques-le-goff](http://www.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/04/1434032-morre-os-90-anos-o-historiador-frances-jacques-le-goff)>. Acesso em: 06 out. 2014 às 18:21.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Plataforma Lattes**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9511971079452974>>. Acesso em: 05 nov. 2014 às 00:37.

DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

FERNANDES, Fátima Regina. Cruzadas na Idade Média. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 99-129.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Jacques Le Goff (1924–). In: PARADA, Maurício. (Org.). **Os historiadores clássicos da História**. v. 3: de Ricouer a Chartier. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 117-140.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida**: A usura na Idade Média [1986]. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LE GOFF, Jacques (Org.). **Homens e mulheres da Idade Média**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Portugal: Editorial Estampa, 1994.

RISSET, Jacqueline. Dante Aligher (1265-1321). In: LE GOFF, Jacques (Org.). **Homens e mulheres da Idade Média**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.